



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

TERMO

DE ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, através de sua Pregoeira, designada por meio da **Portaria Nº 101/2018/SUPEL-CI publicada no DOE do dia 04.09.2018**, em atenção ao **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **3D PROJETOS ASSESSORIA EM INFORMATICA LTDA - EPP, CNPJ: 07.766.048/0001-54**, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, com base no Princípio da Vinculação ao Edital, da Legalidade e demais princípios que regem a Administração Pública e na legislação pertinente, passa a analisar e decidir o que adiante segue.

I - DA ADMISSIBILIDADE

A empresa **3D PROJETOS ASSESSORIA EM INFORMATICA LTDA - EPP**, manifestou sua intenção de recurso em momento oportuno e anexou suas razões de recurso junto ao Sistema Comprasnet, conforme consta nos autos (7014897). Assim, à luz do Artigo 4º, incisos XVIII da Lei Federal nº 10.520/2002 e Artigo 26 do Decreto Estadual nº 12.205/2006, a Pregoeira recebe e conhece o Recurso interposto, por reunir as hipóteses legais, intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade, sendo considerado TEMPESTIVO e encaminhado por meio adequado.

II - DAS RAZÕES DO RECURSO

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa **3D PROJETOS ASSESSORIA EM INFORMATICA LTDA - EPP**, devido a decisão da Pregoeira que habilitou a empresa **TOP MIX COMERCIO E SERVICOS EIRELI**, alegando que a recorrida não ofertou produto conforme as especificações técnicas requeridas no instrumento convocatório.

Indica a recorrente que o equipamento ofertado, ACER X1223, pela empresa **TOP MIX COMERCIO E SERVICOS EIRELI** não atende as seguintes especificações:

1. 6.000 horas em modo normal;
2. Relação de zoom de 1.0 a 1.2x;
3. 3.600 lúmens para luz colorida;
4. Módulo de LAN sem fio

Salienta ainda que as informações constantes na sua peça recursal podem ser facilmente corroboradas nos links “<https://br-store.acer.com/p/229/projetor-acer-x1223h-3600-lumens--xga-conexoes-vga-hdmi>” e “<https://www.pauta.com.br/pdf/32722.pdf>”.

Por fim, informa que o resultado da licitação deve ser revisto com base no princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, não obstante solicita ao fim desclassificação no item 1 da empresa **TOP MIX COMERCIO E SERVICOS EIRELI – EPP** devido aos fatos supracitados.

III - **DAS CONTRARRAZÕES DOS RECURSOS**

Igualmente em observância ao Artigo 4º, incisos XVIII da Lei Federal nº 10.520/2002 e Artigo 26 do Decreto Estadual nº 12.205/2006, a **TOP MIX COMERCIO E SERVICOS EIRELI – EPP**, apresenta suas contrarrazões ao recurso interposto.

Informa a recorrida que seu produto foi analisado pela Administração Pública, através de seu Setor Técnico, o qual emitiu o Parecer nº 5/2019/IDARON-GECC (6805539), aprovando assim o Projetor Multimídia Acer X1123 conforme a proposta (6768774).

Ressalta a recorrida que o sistema de projeção do aparelho Acer X1223 (DLP), atinge 3.600 lúmens tanto para luz branca quanto para colorida, estando assim em conformidade com o selo de qualidade ISSO 21118. Sobre as fontes informadas pela recorrente, aponta a recorrida que se tratam de fontes sem origem e credibilidade.

A empresa **TOP MIX COMERCIO** salienta que os fabricantes usam nomenclaturas e medições distintas para classificar os aparelhos, tais como: taxa de contraste, vida útil da lâmpada, quantidade de lúmens entre outros, nesse sentido a recorrida informa que o Fabricante do produto assegura que a lâmpada do Acer X1223 pode ter sua regulação em modo normal com 6.000 horas, econômico 10.000 horas e ainda contém ferramenta extra de modo ExtremeEco, que atende até 15.000 horas, sendo essa variável facilmente corrigida através de configuração no próprio equipamento.

Rebate a recorrida, acerca da relação de zoom, que seu produto atende também a esse quesito, podendo isso ser verificado no Manual do Utilizador, informa ainda que o produto oferecido contém Adaptador Wireless compatível, atendendo assim aos requisitos externados no Edital e Termo de Referência.

Por fim, menciona a recorrida que a aceitação do recurso fere gravemente o princípio da economicidade, uma vez que resultaria em prejuízo à Administração Pública, culminando em um dano aproximado de 45% (quarenta e cinco por cento), tendo em vista que o valor passaria de **R\$ 94.999,90** para **R\$ 136.124,00**, não obstante requer ao fim de sua contrarrazão que a decisão de declará-la vencedora seja mantida, bem como adjudique o item 1 ao seu favor.

IV - **DO MÉRITO – DO JULGAMENTO DO RECURSO**

Antes de adentrarmos no julgamento do Recurso, ressaltamos alguns pontos que versa sobre o cumprimento ao Art. 3º, § 1º, I, II da Lei 8.666/93.

Os trabalhos desta licitação foram conduzidos em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos e, não menos relevantes, os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da eficiência e do formalismo e qualquer alegação contrária não passam de sofismas, lançados com o objetivo apenas de tumultuar o certame licitatório, o que deve ser rechaçado.

Todos os procedimentos realizados foram praticados com total transparência, legalidade e seriedade, como todos os demais coordenados por esta SUPEL.

As análises proferidas neste certame foram realizadas com absoluta imparcialidade, objetivo e legalidade, mediante as informações nos documentos apresentados e anexados aos autos, resguardando a Comissão, bem como a Administração, de quaisquer falhas na condução deste, o qual tem a participação ativa e constante dos Órgãos fiscalizadores, tais como Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Ministério Público.

Cumpre-nos ressaltar ainda que, a lei conferiu à Administração, na fase interna do procedimento, a prerrogativa de fixação das condições a serem estabelecidas no instrumento convocatório, seguindo critérios de conveniência e oportunidade de acordo com o objeto a ser licitado e sempre balizado pelo interesse público e normas cogentes.

Do mesmo modo, é dever da Administração zelar pela segurança e pela regularidade das ações administrativas, a fim de que não reste qualquer prejuízo à consecução do objeto contratado e, tampouco, restem feridos os direitos dos demais licitantes, de acordo com os princípios da Isonomia e da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

Dito isso, informamos que esta Pregoeira encaminhará o processo em tela à Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia (IDARON), no intuito de obter Parecer técnico acerca dos produtos ofertado pelas empresas **TOP MIX COMERCIO E SERVICOS EIRELI** e **STAR COMERCIO DE SUPRIMENTOS EIRELI – ME**, senão vejamos a manifestação do IDARON:

Parecer nº 5/2019/IDARON-GECC

Segue análise e parecer técnico sobre as propostas apresentadas no P.E 128/2019.

Item 01 - Projetor multimídia.

Empresa: TOP MIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI (6768774).

Conclusão: Ante ao verificado, concluímos que o equipamento ofertado atende às especificações do edital.

Item 02 - Cabo HDMI.

Empresa: STAR COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS EIRELI - ME

Conclusão: Ante ao verificado, concluímos que o equipamento ofertado atende às especificações do edital.

Porto Velho, 12 de julho de 2019.

JEFFERSON M. N. BARBOSA

GECC/COAF/IDARON

Mat. 3001.20463

Nesse sentido, restou demonstrado que a Pregoeira poderia dar andamento ao certame sem nenhum óbice, uma vez que a análise técnica havia sido finalizada, logo o Agente Público remarcou a sessão para o dia **15/07/2019 às 10 horas** (horário de Brasília) a fim de fornecer a aprovação dos itens 1 e 2 conforme é possível verificar em Ata (7081504).

Não obstante, tendo em vista que o recurso interposto visava rever o ato fornecido através do Parecer nº 5/2019/IDARON-GECC, a Pregoeira encaminhou o processo ao IDARON para ratificar ou retificar a análise técnica, por sua vez, a Agência de Defesa Sanitária reviu a proposta (6768774) da

recorrida e elencou discrepâncias entre o produto requerido no Edital e ofertado pela empresa, conforme se expõe abaixo:

De: IDARON-COTIC

Para: KAPPA/SUPEL/RO

Processo Nº: 0015.027401/2019-66

Assunto: Resposta ao Questionamento interposto pela empresa 3D PROJETOS ASSESSORIA EM INFORMATICA LTDA – EPP.

Prezados Senhores,

Afim de cumprir os ditames legais quanto ao fornecimento do Item 1 do presente Edital PE 128/2019 (6378448) vimos informar que:

As razões alegadas pela recorrente supra citada são:

"Ao ser publicado o edital, em seu Termo de Referência, para o 1, dentre outras características, exigiu a seguinte especificação técnica: "Sistema de Modo Econômico que permite maior durabilidade lâmpada. Vida útil de 6.000 horas para uso no modo normal e 10.000 horas em modo econômico." "Fluxo luminoso de 3.600 lúmens para luz branca e 3.600 lumens para luz colorida" "Relação de Zoom: 1.0-1.2." "módulo de LAN sem fio ""

Ocorre que conforme pesquisa na internet através de Manual Detalhado do Produto (https://www.projectorcentral.com/pdf/projector_manual_10287.pdf) ofertado pela empresa "TOP MIX COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI - EPP" vendedora do Item 1 em questionamento, constamos que o referido item não atende aos seguintes requisitos:

1. Pedido via Termo de Referência: "Vida útil de 6.000 horas para uso no modo normal e 10.000 horas em modo econômico.";

1. Apresentado pelo Equipamento ACER X1223H "**5.000 horas para uso modo normal, 10.000 horas em modo econômico e 15.000 horas em modo Extreme Eco**".

2. Pedido via Termo de Referência: "Fluxo luminoso de 3.600 lúmens para luz branca e 3.600 lumens para luz colorida";

2. Apresentado pelo Equipamento ACER X1223H: "**não consta a luminosidade de 3.600 ansi lumens para luz colorida em lugar algum**".

3. Pedido via Termo de Referência: "Relação de Zoom: 1.0-1.2.";

3. Apresentado pelo Equipamento ACER X1223H: "**Digital zoom 0.8 – 2 X**".

4. Pedido via Termo de Referência: "módulo de LAN sem fio ";

4. Apresentado pelo Equipamento ACER X1223H: "**consta WirelessHD dongle kit (MWIHD1) (Optional)**" ou seja, não é parte acompanhante do equipamento.

Diante do requerido interposto pela empresa 3D PROJETOS ASSESSORIA EM INFORMATICA LTDA – EPP, vimos acatar os itens (1 e 4), sendo que as demais alegações, itens (2 e 3) estão contempladas no projetor em questão, porém como o objeto de compra em questão tem que atender a todos os itens (no mínimo) do referido Termo de Referência e Edital de Pregão de Preços supra citado, vimos por meio deste acatar a alegação dos itens (1 e 4).

Atenciosamente.

Geferson Orlei Schock Lugtenburg

Analista

Vale ressaltar que os itens 9.1.1 e 9.2 do Edital versam sobre a situação ora narrada pela Recorrente, não obstante são replicados no item 11.2.1, senão vejamos:

ITEM 09 – DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO DAS ME/EPP E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1.1. **O(a) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada** que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, **confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO**, motivadamente, **aquelas que não estejam em conformidade**, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

9.2. **Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado** ou manifestadamente inexecutável, **o(a) Pregoeiro(a) obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então DESCLASSIFICARÁ.**

ITEM 11 – DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.2.1 **Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado** ou manifestadamente inexecutável, **o(a) Pregoeiro(a) obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então DESCLASSIFICARÁ.**

Logo, verificado de pronto que o produto ofertado não condiz ao requisitado, segundo o Despacho (6768774), passamos a julgar, tendo em vista o princípio da autotutela, vinculação ao instrumento convocatório, indisponibilidade do interesse público, julgamento objetivo e outros correlatos, o presente recurso administrativo.

V - **DA DECISÃO**

Diante do exposto, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, a Pregoeira, consubstanciada pela documentação anexada aos autos, pelas regras do edital e com base na legislação pertinente, opina pelo recebimento do pedido ora formulado, considerando-se **TEMPESTIVO**, e no mérito, analisou as questões pontualmente, para reafirmar a legalidade do certame e dos procedimentos adotados em prol de princípios como legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, igualdade, vínculo ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, julgando-o **TOTALMENTE PROCEDENTE.**

Submete-se a presente decisão à análise e apreciação do Senhor Superintendente Estadual de Compras e Licitações.

Porto Velho (RO), 31 de Julho de 2019.

Izaura Taufmann Ferreira

Pregoeira KAPPA/SUPEL

Mat. 300094012

Elaborado por: RMC



Documento assinado eletronicamente por **Izaura Taufmann Ferreira, Pregoeiro(a)**, em 31/07/2019, às 09:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **7089761** e o código CRC **8CB51746**.

Referência: Caso responda este(a) Termo, indicar expressamente o Processo nº 0015.027401/2019-66

SEI nº 7089761